



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

Data: 11 de maio de 2012

Hora: 14 horas

Local: Sala de treinamentos, no do prédio da Rua Goitacases 1475 – 13º andar Belo Horizonte – MG

Presentes os seguintes integrantes do Grupo Estratégico: Sandra Pimentel Mendes, Diretora-Judiciária; André Luiz Morais Mascarenhas, Assessor-Chefe da Diretoria-Geral, representando o Diretor-Geral, Guilherme Augusto de Araújo; Andréa Borges da Costa, representando a Secretária da Corregedoria; Simone Pinheiro Brettas Vargas, representando a Assessora de Comunicação Social; Maria de Lourdes de Araújo Dumont, representando o Assessor da Escola Judicial; Patrícia Helena dos Reis, Assessora de Planejamento Estratégico; Ricardo Oliveira Marques, Assessor de Implementação de Projetos Institucionais e do Escritório de Projetos; Ricardo Wagner Rodrigues de Carvalho, Assessor de Apoio à 1ª Instância; Herce Martins Pontes, Coordenador Financeiro; Mariza Campos Vieira Salomão, representando o Coordenador de Informática; Carlos Athayde Valadares Viegas, Coordenador Administrativo. Presentes os seguintes convidados: Paulo Márcio Diniz, Assessor de Apoio Externo e Institucional; Sérgio Brina Aragon, Diretor da Secretaria de Sistemas Administrativos e Financeiros; Cláudia Sampaio Gonçalves, Diretora de Material e Patrimônio; Maria Beatriz Abreu Rodrigues de Souza, Diretora de Desenvolvimento de Recursos Humanos; Geraldo Mendes Diniz, Diretor da Secretaria de Saúde; Pedro Lamounier de Carvalho, Diretor da Secretaria de Assuntos Orçamentário e Contábil; Ana Lúcia Belo, da Vice-corregedoria, Danuza Pereira Mantuano, da Comissão de Gestão Ambiental, Gustavo Novais Bondam da Diretoria Judiciária; Christiane Dominique Kunzi, Cristiano Barros Reis, Liliâne Monteiro Serpa e Maricília Marques da Silva Zocrato, da Diretoria-Geral. Os trabalhos foram abertos pelo Assessor-Chefe da Diretoria-Geral. Logo em seguida Sandra Pimentel enfatizou a oportunidade e necessidade da discussão do grupo de forma a propiciar o entendimento e a consolidação do planejamento no cotidiano da instituição. Ressaltou ainda que a atual Administração tem o firme propósito de caminhar para um objetivo comum, fazendo convergir as ações. A Assessora de Planejamento Estratégico apresentou a consultora da Tantum/Symnethics, Ana Carolina, que falou sobre a necessidade de harmonizar as demandas da Administração com o Planejamento Estratégico. Falou também que a discussão da estratégia culmina com o exercício de realização da RAE. Após, a Assessora Patrícia Helena dos Reis expôs o mapa estratégico do Tribunal já sinalizando o status de seus objetivos estratégicos. Explicou que o sinalizador cinza caracteriza as seguintes situações: 1) os indicadores vinculados estão desprovidos de meta; 2) o prazo de aferição que consta da ficha dos indicadores está muito longo, e/ou 3) unidades que não conseguiram medir o indicador. Alertou para a necessidade premente de se determinar medida para os indicadores, pois aquilo que não se mede, não pode ser gerenciado e por consequência avaliado. A consultora Ana Carolina interveio para explicar que o sinalizador tanto serve aos objetivos quanto aos projetos. Após, Patrícia Helena fez a exposição das metas trimestrais ou anuais



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

cumpridas e os projetos estratégicos com a execução em dia, e entregas consistentes, a saber: **Indicadores:** 2. Nº de serviços disponibilizados eletronicamente; 5. Índice de expedientes digitalizados tramitando no Sistema Único de Protocolo; 14. Número de ações disseminadoras do Planejamento Estratégico; 17. Índice de matérias institucionais positivas; 19. Índice de capacitação nas competências estratégicas; 20. Índice de servidores capacitados; 23. Índice de absenteísmo; 29. Índice de execução do orçamento estratégico; 30. Índice de execução do orçamento disponibilizado e os **Projetos:** 4. Disponibilizar às Varas do Trabalho a consulta ao depósito recursal via sistema; 7. Implantação do processo administrativo eletrônico; 8. Estrutura Organizacional; 9. Servidor em pauta; 16. Nossa Estratégia; 17. Divulgar os serviços da Ouvidoria; 18. Desenvolvimento de Gestores em Competências Estratégicas; 20. Projeto Pedagógico da Escola judicial; 21. Saúde e Segurança no Trabalho; 23. Atualização de Hardware; 26. Conscientização e capacitação para gestão orçamentária; 28. Elaboração de catálogo de especificações de bens de uso continuado; 29. Capacitação para desenvolvimento dos termos de referência - otimização do processo de compra. Na sequência, passou à análise dos indicadores e projetos escolhidos para a pauta, enfatizando que não foram considerados as entregas realizadas até dezembro de 2011. Ressaltou que não obstante muitos dos projetos pautados ainda possuírem um viés operacional, a exposição era necessária para que os gestores percebessem o que está acontecendo concretamente no TRT. A seguir a Assessora Patrícia Reis iniciou a discussão da pauta com o primeiro tema, qual seja, o **Objetivo Estratégico: Fortalecer a integração entre as unidades - Indicador 13 - Índice de Gestão Participativa** – Segundo a Assessora de Planejamento Estratégico o indicador abrange tão somente as RAEs e tal cálculo tem-se mostrado insuficiente, pois há outros fóruns de discussão ocorrendo no Regional que também buscam aprimorar a gestão participativa. Como sugestão ela indicou a inclusão de outras reuniões estratégicas a serem contempladas no indicador e solicita a participação dos presentes. O Diretor da DSCF, Herce Pontes, sugeriu as reuniões do orçamento, trimestrais. O Diretor da DSSAF, Sérgio Brina, recomendou as reuniões do CETIC. Cristiano Reis sugeriu as reuniões mensais promovidas pela Comissão de Gestão Documental. Carlos Athayde propôs a inclusão das reuniões promovidas pela Comissão de Gestão Sócio-Ambiental, também mensais. A Servidora Maria de Lourdes Dumont, representante da Escola Judicial sugeriu as reuniões mensais promovidas entre aquela Assessoria e a Diretoria de Recursos Humanos. A servidora Christiane Kunzi sugeriu a inclusão das reuniões do Projeto Ampla, opinião convergente com a do Assessor Ricardo Wagner. Ela, ainda, destacou os encontros descentralizados que serão promovidos na execução do Projeto Servidor em Pauta. Sandra Pimentel sugeriu a inclusão das reuniões participativas da Presidência com seus pares e a consultora Ana Carolina sugeriu a inclusão das reuniões da Comissão de Planejamento Estratégico. Após as sugestões, ficou deliberada que a Assessora Patrícia Reis irá incluir todas as propostas na pauta da próxima alteração do planejamento estratégico que será submetida ao Tribunal Pleno, à exceção das reuniões da Comissão de Planejamento Estratégico e das reuniões periódicas da Presidente como os Desembargadores, que deverão primeiramente ser avaliadas pela



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Presidência. Passou-se então à discussão do **Objetivo Estratégico: Otimizar a alocação de recursos Projeto: 31. Implantação de políticas para devolução e reaproveitamento de bens móveis** - Patrícia Helena colocou os participantes a par da necessidade de definição de local de triagem e depósito dos bens móveis, como premissa para desenrolar do projeto em questão. Carlos Athayde justificou a necessidade do espaço em razão da falta de política de gestão para o uso dos bens móveis no Tribunal, o que foi endossado pela Diretora da DSMP, Cláudia Sampaio. Ele enfatizou que o problema é crucial, sugerindo suspender esse projeto, até que se proceda à reorganização do estoque de material, após definição de uma política de utilização dos bens, para então definir local de triagem e depósito. Mariza, servidora da DSCI, aproveitou para expor que a DSCI apresenta o mesmo problema, ausência de local adequado para depósito dos equipamentos de informática. Nesse ponto Sandra Pimentel sugeriu análise mais criteriosa e sistematizada das requisições de material. Cláudia Sampaio explicou que isso já é feito, mas a grande subjetividade dos pedidos tem obstado o processo de decisão. André Mascarenhas interveio e defendeu a idéia da elaboração de uma política de gestão de materiais, no que foi seguido por Ana Lúcia Belo (Vice-Corregedoria). Após a discussão, o grupo deliberou por alterar o escopo do projeto, incluindo a elaboração de política de gestão de bens móveis e a execução do respectivo inventário. Como terceiro passo, deverá abranger a verificação de possíveis opções para definição do local, com a análise de custo/benefício. O Diretor da DSCA e a Diretora da DSMP se responsabilizaram pelo projeto, que deverá ter seu detalhamento revisto com o acompanhamento do Escritório de Projetos na primeira semana do mês de junho do corrente. Levantou-se também a necessidade de definição de espaço físico para os equipamentos de informática recebidos do interior e das unidades da capital. A seguir, passou-se à análise do **objetivo estratégico: Garantir que todas as atividades judiciais e administrativas sejam executadas no prazo e custo adequados** - Indicador: 6. Prazo de recebimento do expediente por meio do Sistema Único de Protocolo – SUP - Indicador 6 – Índice Prazo de recebimento do expediente por meio do SUP. Patrícia Helena expôs a necessidade de uso mais racional do SUP, tendo em vista que o sistema é o início da implantação do processo administrativo eletrônico no Tribunal. Não obstante, o fato das unidades não estarem utilizando a ferramenta devidamente, tem impossibilitado a aferição do indicador. Nesse ponto, a Assessora deu a palavra ao assistente da Diretoria-Geral Cristiano Reis, um dos idealizadores e executores do projeto no TRT. Ele explicou o efeito “bola de neve”: As unidades se queixam de que o sistema é ruim e não o utilizam. Conseqüentemente, o sistema se torna, realmente, ineficaz e o círculo vicioso se forma. O servidor enfatizou a necessidade de viabilizar a cultura da documentação eletrônica com regulamentação bem definida, com vistas a normatizar o uso no TRT. De acordo com ele, a Comissão de Gestão Documental já construiu o processo administrativo eletrônico, que deverá suceder o atual. Ato que reforça a necessidade de familiarização e uso eficaz da ferramenta pelas unidades. Esclareceu que o indicador foi criado para sanear o sistema, que estava abarrotado de documentos parados, sem recebimento. Cristiano explicou que após ser dado o treinamento inicial no SUP, os protocolos ficavam estanques nas unidades, sem o devido recebimento e as necessárias e posteriores tramitações, o que



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

acabou por gerar grande desorganização e obstar a aferição do indicador. Mas, segundo o servidor, o sistema precisa dar resultados. Pois o SUP é de fato hoje um sistema de trabalho eletrônico que se bem usado traz muitos ganhos à Administração. Por isso, ele sugere a realização de novo treinamento às unidades, com enfoque na gestão dos documentos e no encaminhamento dos documentos antigos. Patrícia Helena interveio para falar da necessidade do comprometimento de todos os gestores para que o SUP seja utilizado de forma eficaz. Após, Cristiano enfatizou a importância de atualização do SUP para que o fruto se reverta em benefício de todos. Simone Bretas, representante da ACS, sugeriu alocar os protocolos não recebidos no SUP por unidade e remetê-los para que sejam recebidos. Cláudia Sampaio acrescentou que a DSMP já adota essa prática. Após a discussão do tema, o grupo deliberou por treinar as novas funcionalidades do SUP, revendo os procedimentos rotineiros, ficando o servidor Cristiano responsável, delimitando o prazo para início do treinamento para maio/junho de 2012. Ficou decidido também a remessa de ofício pelo Diretor-Geral, fixando o prazo para o recebimento e baixa de 80% dos protocolos enviados até dez/2011, até o mês agosto de 2012. Terminado esse tema, passou-se ao próximo **Objetivo Estratégico: Buscar a melhoria do clima organizacional, da saúde e da qualidade de vida de magistrados e servidores - Projeto: 21. Saúde e Segurança no Trabalho.** A Assessora do Planejamento Estratégico ressaltou que a Diretoria de Saúde não pode ser considerada a única responsável pela saúde dos servidores, uma vez que a gestão e organização do trabalho são complexas e envolvem muitos aspectos. Dr. Geraldo acrescentou que a DSS já realiza estatística de absenteísmo, que muda muito e depende de vários fatores. Para exemplificar, apresentou alguns dados estatístico de 2006 a 2011 deste TRT. O Diretor da Secretaria de Saúde explicou que a meta de baixar o absenteísmo é complexa, atestando que hoje o TRT3 é ponta em tratamento de saúde dos servidores, do ponto de vista assistencial. Mas a busca pela promoção da saúde e prevenção do adoecimento, visando à diminuição do absenteísmo, realizada apenas pela DSS é muito simplista. Segundo ele, a DSS já trabalha em parceria com a DSDRH, fazendo mais perícias, em especial no caso de doença mental, atuando também com as famílias. Além disso, existe todo um trabalho ergonômico, incluindo a troca dos móveis e treinamento para o uso. Mas isso não basta. Não evita o adoecimento. Enquanto houver gestores mal preparados para a gestão de pessoas, os servidores continuarão a adoecer. Sem a organização e motivação para o trabalho, treinamento dos gestores e o envolvimento de magistrados e gestores a situação não vai se alterar. De acordo com ele tem que reforçar a ênfase nas pessoas. Nessa hora, a Assessora Patrícia Reis passou a explicar as recomendações. Sugeriu a adoção, neste TRT, da metodologia de pesquisa sobre qualidade de vida no trabalho realizada pelo TRT da 10ª Região, para fazer diagnóstico mais aprofundado sobre o grau de stress e de insatisfação das pessoas no trabalho. Segundo a Assessora, a DSS entendeu que cruzar os dados apurados naquela Diretoria com os da pesquisa seria produtivo no processo de tomada de decisão e cumpriria o objetivo estratégico de buscar a melhoria do clima organizacional, da saúde e da qualidade de vida dos magistrados e servidores. Andréa, representante da Corregedoria, enfatizou a necessidade de se divulgar a necessidade de



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

cultivar hábitos saudáveis nas relações de trabalho entre magistrados e servidores de forma clara, para evitar abusos. Dr. Geraldo alertou para o fato de que a DSS não pode ter o caráter de fiscalizadora de servidores. É necessário diálogo e enfrentamento do problema por todos os envolvidos. Sandra Pimentel acrescentou ser a hora de fazer uma revisão dos processos do trabalho, usando os dados disponibilizadas pela DSS. Carlos Athayde interveio para sugerir a criação de protocolo de procedimentos para casos já diagnosticados. Após a discussão, os participantes decidiram que a DSS deverá orçar a realização de diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho como ferramenta adicional para o estudo do adoecimento no Tribunal e apresentar os valores para o Diretor-Geral no dia 15 de junho. Decidiu também pela criação de protocolo de ação para atender os casos já diagnosticados (gerais e pontuais) e apresentação à Diretoria-Geral e à Presidência, ficando como responsáveis os Diretores Carlos Athayde e Geraldo Diniz, fixando a finalização da redação dos protocolos para o final de junho do corrente ano. Deliberou-se ainda pela verificação da possibilidade de realização de reuniões periódicas com a magistratura sobre o tema “clima organizacional, saúde e qualidade de vida de servidores e magistrados” por meio da Comissão de Planejamento Estratégico, do Singespa, da Escola Judicial e da Diretoria do Foro (envolvendo a Amatra). Esta sugestão deverá ser levada ao conhecimento da Presidente pelo Diretor-Geral neste mês. Visto isso, passou-se à análise dos **Objetivos Estratégicos: Garantir que todas as atividades judiciais e administrativas sejam executadas no prazo e custo adequados e Aumentar a efetividade na execução das decisões judiciais - Indicadores: 7. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau - 8. Índice de celeridade processual – Rito Sumaríssimo - 9. Índice de celeridade processual – Rito ordinário - 10. Índice de celeridade processual – Audiência de Instrução - 11. Taxa de congestionamento na fase de execução.** Patrícia Helena expôs aos presentes que a aferição semestral dos indicadores mostra-se ineficaz. Sugere que a medição seja trimestral. Nesse ponto, a servidora Ana Lúcia interveio para dizer que há a possibilidade de aferição mensal. Após, o grupo decidiu pela formalização de documento à Corregedoria expondo a necessidade desta disponibilizar os indicadores trimestralmente, ficando o Diretor-Geral como responsável. Patrícia Helena dos Reis deverá confeccionar do expediente a ser entregue neste mês. Passou-se à discussão dos últimos **Objetivos Estratégicos: Garantir a infraestrutura física e tecnológica apropriada às atividades administrativas e judiciais - Garantir a disponibilidade e o aprimoramento dos sistemas de T.I. - Projeto: 25. Gestão de portfólio do PETIC do TRT3.** A Assessora Patrícia Helena expôs a importância da reestruturação da DSCI, para acelerar o andamento dos projetos da área de informática, ressaltando as dificuldades que o Tribunal vivenciaria caso não fosse aprovada. O grupo deliberou por solicitar ao Comitê Gestor que leve à Presidência a necessidade de votação em destaque da supracitada reestruturação. Destacando a participação do grupo como o ponto positivo da reunião, a consultora enfatizou que o TRT3 avançou bastante. Ressaltou que a próxima RAE será aberta com as deliberações tomadas nesta. Ela enfatizou ainda que os participantes deveriam ser multiplicadores da RAE. Segundo a consultora, esta RAE ainda teve um caráter muito operacional. Nas seguintes o enfoque deverá ser mais estratégico, adquirindo uma visão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

mais ampliada da instituição, acrescentando que o processo evolutivo da RAE tratará dos riscos, de avaliação preventiva. Patrícia Helena esclareceu que as inquietações acerca da fixação de prazo dos cronogramas dos projetos/iniciativas deveriam ser repensadas, uma vez que se deve avançar na solução dos problemas e isso exige o fechamento da equação: como, quando e onde. Enfatizou ainda a importância do Escritório de Projetos para a concretização da estratégia do TRT e parabenizou a equipe pelo trabalho realizado. Deu por encerrado os trabalhos, agradecendo a participação de todos e avisando que as próximas RAEs serão em agosto e novembro. Para constar eu, Patrícia Helena dos Reis, Assessora de Planejamento Estratégico, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes.

André Luiz Morais Mascarenhas	
Sandra Pimentel Mendes	
Patrícia Helena dos Reis	
Ricardo Oliveira Marques	
Carlos Athayde Valadares Viegas	
Herce Martins Pontes	
Geraldo Mendes Diniz	
Cláudia Sampaio Gonçalves	
Pedro Lamounier de Carvalho	
Maria Beatriz Abreu R. de Souza	
Paulo Márcio Diniz	
Simone Pinheiro Brettas Vargas	
Ana Lúcia Belo	
Maria de Lourdes de Araújo Dumont	
Andréa Borges da Costa	
Danuza Pereira Mantuano	
Gustavo Novais Bondam	
Christiane Dominique Kunzi	
Cristiano Barros Reis	
Liliane Monteiro Serpa	
Maricília Marques da Silva Zocrato	